



Câmara Municipal de Salmourão

Estado de São Paulo

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALMOURÃO, ESTADO DE SÃO PAULO, PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA, ANO DE 2021-----

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às vinte horas, realizou-se a Décima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Salmourão, estado de São Paulo, ano de 2021. Presidida pelo vereador **FERNANDO ROÇATO** e secretariada pelo vereador Leandro de Paula. Também presentes os vereadores: Carlos Pedro Gomes, Edson Pereira da Cruz (suplente no exercício da vereança), Flávio Eduardo Rodrigues, João Leme dos Santos, Silvana Oliva Fernandes e Wesley Barbosa. Ausente a vereadora Francine Caetano da Silva. O presidente declarou haver quórum regimental e, sob a graça de Deus, iniciou a sessão com a leitura da Bíblia Sagrada pelo vereador Edson Pereira da Cruz. Foi iniciado o **EXPEDIENTE** e o presidente informou que a ata da Décima Sessão Ordinária de 2021 foi disponibilizada aos vereadores nos termos regimentais e que não houve pedido de impugnação. A ata foi aprovada por unanimidade (7X0). A seguir foram apresentados os demais documentos do expediente: **Do Poder Executivo:** Projeto de Lei nº 19, de 2021, que dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar ao Orçamento Municipal de 2021 no valor 1.180.000,00. O projeto foi encaminhado para a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Ofício nº 242/2021 que responde as indicações apresentadas na última sessão ordinária. Ofício nº 243/2021 que apresenta informações sobre dificuldades no atendimento de indicações. Ofício nº 244/2021 que responde ao Requerimento nº 44/2021, do vereador Wesley Barbosa. Ofício nº 245/2021 que traz informação sobre a resposta aos Requerimentos nº 50 e 51/2021. **Do Poder Legislativo:** Requerimento nº 53/2021, do vereador Wesley Barbosa, que requer informação sobre servidores públicos aposentados da Prefeitura Municipal. O requerimento foi colocado em discussão. O autor disse que o requerimento é simples e que servirá para dirimir conversas “de rua”. Pediu o apoio dos colegas. O requerimento foi colocado em votação e aprovado por todos os presentes (7X0). Requerimento nº 54/2021, do vereador Wesley Barbosa, que requer à Secretaria Municipal de Educação, informações sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola. O requerimento foi colocado em discussão. O autor pediu o apoio dos colegas vereadores e explicou que quer saber sobre o recebimento ou não de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola. O vereador Carlos Pedro Gomes questionou se este dinheiro poderia ser utilizado para reforma de salas. O vereador Wesley disse que é uma das coisas que gostaria de saber e que passará cópia da resposta ao vereador Carlos. O vereador Carlos disse que pediu a reforma de salas de aula e acredita que este dinheiro poderia ser útil nesse pedido. O requerimento foi colocado em votação e aprovado por todos os presentes (7X0). Requerimento nº 55/2021, do vereador João Leme dos Santos, que requer cópia de empenhos e notas fiscais da Prefeitura Municipal. O requerimento foi colocado em discussão. O autor disse que seu requerimento visa acompanhar a administração com referência a despesa com viagens e pediu o apoio dos colegas. O vereador Carlos Pedro Gomes perguntou quem seriam os funcionários. O autor respondeu que se trata da Prefeita e dos funcionários Édis Gabau, Edinaci, “Toninho da ambulância”, “Alessandra da ambulância” e Valdecir Cabral. O vereador Carlos Pedro Gomes disse que não há como viajar sem dinheiro e que existem outras situações mais importantes a serem fiscalizadas. O autor disse que realmente é necessário dinheiro para viajar, mas que de posse da documentação poderá explicar com mais detalhes o motivo de seu requerimento. Especificou que pedirá documentos de mais seis funcionários na próxima sessão. O vereador Leandro de Paula disse que no portal da transparência estão todos esses valores; que tem certeza que a prefeita tem que viajar em busca de recursos e que os motoristas que vão a inúmeras cidades levar pacientes precisam também de adiantamentos para suprir as necessidades de combustível, alimentação e estadia. Explicou que em casos onde o paciente precisa fazer consulta em dias seguidos e em cidades distantes como Jaú, a Prefeita autorizou o pagamento de estadia, para diminuir o cansaço e o desgaste de pacientes. O autor disse que é importante a ação da prefeita na



Câmara Municipal de Salmourão

Estado de São Paulo

liberação da estadia para consultas em dias seguidos; acrescentou que as informações estão no portal da transparência, porém, quer ter as informações assinadas. O requerimento foi colocado em votação e aprovado por todos os presentes (7X0). Requerimento nº 56/2021, do vereador João Leme dos Santos, que requer informação sobre valores pagos a título de adiantamento a motoristas. O requerimento foi colocado em discussão. O autor pediu o apoio dos vereadores e explicou que quer saber quanto de recurso é disponibilizado normalmente aos motoristas que viajam para determinadas cidades. O requerimento foi colocado em votação e aprovado por todos os presentes (7X0). Requerimento nº 57/2021, do vereador João Leme dos Santos, que requer cópia de notas de despesa com viagens de motoristas. O requerimento foi colocado em discussão. O autor disse que é um requerimento simples e de fácil análise e pediu a aprovação. O requerimento foi colocado em votação e aprovado por todos os presentes (7X0). Requerimento nº 58/2021, do vereador João Leme dos Santos, que requer relação de beneficiados com cesta especial concedida pela administração municipal. O requerimento foi colocado em discussão. O autor disse que a relação importante para evitar que famílias fiquem para trás e que assim os vereadores ou outras instituições possam complementar a ajuda a essas famílias. O vereador Carlos Pedro Gomes disse que com a quantidade de cestas que são doadas não devem ficar famílias para trás. O vereador João Leme disse que se trata de uma ação particular e que a relação evita que uma mesma família receba várias cestas e outras nenhuma. A vereadora Silvana de Paula disse que todos os que procuram o CRAS ou o Fundo Social são atendidos, inclusive com ajuda de nutricionista e assistente social; especificou que não só pacientes de câncer, mas também portadores de anemia profunda que procuram a administração são atendidos. Explicou também que as cestas básicas são fornecidas de acordo com os cadastros. O vereador João Leme questionou se o Fundo Social parou de dar a cesta básica especial. A vereadora Silvana disse que houve um intervalo devido a uma licitação que precisava ser feita, que a situação já foi regularizada e a distribuição voltou ao normal. O vereador João Leme questionou se as pessoas que irem ao Fundo Social serão atendidas com cesta especial. A vereadora Silvana respondeu que sim, desde que apresentem a receita médica com as indicações nutricionais que a pessoa precisa. O vereador Edson Pereira da Cruz parabenizou o trabalho do Fundo Social, disse que pelo que entendeu o vereador João Leme quer evitar que famílias recebam mais que outras. Pediu que seja respeitado o sigilo dos nomes, pois, as pessoas já se sentem humilhadas pela doença e por terem que pedir ajuda, assim, é necessário o devido sigilo para não expô-las. Falou também da importância em ajudar o próximo. O vereador Wesley apoiou o requerimento e disse que o fato de haver parado a distribuição foi por motivo de licitação e não por denúncias de vereadores, como tem sido dito “na rua”. O requerimento foi colocado em votação e aprovado por todos os presentes (7X0). Requerimento nº 59/2021, do vereador Ten. Flávio Eduardo, que requer cópia de extratos bancários do Fundo Municipal de Saúde de Salmourão. O autor disse que se trata de um pedido de transparência. O requerimento foi colocado em votação e aprovado por todos os presentes (7X0). **Indicações apresentadas à Prefeita Municipal:** Indicação do vereador Wesley Barbosa: Indicação nº 89/2021, que sugere ações para a melhoria dos banheiros públicos da Praça da Bandeira ou construção de novos banheiros. Sugere ainda que seja dada especial atenção a manutenção destes banheiros, mantendo-os em boas condições de uso e evitando vandalismos. Indicações do vereador João Leme dos Santos: Indicação nº 90/2021, que sugere providência para o pagamento nos vales-alimentação dos servidores públicos municipais. Indicação nº 91/2021, que sugere a entrega das quarenta moradias populares já autorizadas do Conjunto Habitacional Salmourão C. Indicações do vereador Carlos Pedro Gomes: Indicação nº 92/2021, que sugere a construção de novos banheiros públicos na Praça da Bandeira, já com atenção especial as leis de acessibilidade. Indicação nº 93/2021, que sugere esforços para a aquisição de um novo trator para o município. Todos os documentos lidos foram deixados a disposição dos vereadores. A palavra foi aberta aos vereadores para os pronunciamentos do expediente. Não houve inscritos. Foi encerrado o Expediente e aberta a **ORDEM DO DIA** para apreciação da seguinte pauta: **Item 1.** Veto Parcial ao Inciso II do artigo 19 do Autógrafo nº 13/2021,



Câmara Municipal de Salmourão

Estado de São Paulo

referente ao Projeto de Lei nº 8/2021, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022. Dando início foi feita a leitura do Veto Parcial. Então o veto foi colocado em discussão. O vereador Wesley Barbosa se posicionou contrário ao veto e justificou que o parecer jurídico opina pela rejeição do veto. Disse também que o percentual de 6% é razoável e que elevar para 12% tira um pouco da autonomia da Câmara em fiscalizar a execução do orçamento. O vereador Carlos Pedro Gomes se colocou favorável ao veto pelo momento em que atravessa o município com o aumento de gastos e que espera que o vereador Wesley entenda. O vereador Wesley disse que não concorda e que o projeto não dificulta em nada a administração, pois, atingido o 6% a prefeitura poderá realizar as alterações através de projeto de lei. Salientou que a prefeita possui a maioria da Câmara e não haveria problema em aprovar créditos. O vereador João Leme disse que 6% dá em torno de um milhão e cem e que passado esse valor deve ser feito projeto para a Câmara, isso faz com que os vereadores saibam onde estão sendo gastos os recursos. Disse que 12% são cerca de dois milhões e duzentos mil que serão gastos sem a autorização da Câmara. Lembrou que em exercícios anteriores a Câmara não conseguiu fazer com que a prefeitura arrumasse uma ponte em vez de realizar uma festa do peão, isso porque o orçamento autorizava um índice grande. Acrescentou que o jurídico da Casa disse que 12% é muito. O vereador Leandro de Paula disse que 12% não se torna muito e especificou que hoje foi lido um projeto de crédito adicional que, sozinho, já dá mais de 6%. Disse que, conforme já explicado, a manutenção do veto fará com que a prefeita tenha que enviar novo projeto para fixação do índice e aí a Câmara aprovará 6 ou 12%. Disse que no exercício passado houve muitas discussões sobre a grande quantidade de créditos que chegaram na Câmara e que 12% dará mais autonomia para que a prefeita administre as receitas e despesas do município. O vereador João Leme disse que na gestão passada foram realmente enviados vários projetos de crédito e, com eles, os vereadores conseguiram acompanhar onde foi gasto o dinheiro. O vereador Ten. Flávio Eduardo disse que não estava aqui na gestão passada e que o relatório do procurador jurídico se baseia nas normas estaduais e federais e na orientação do Tribunal de Contas. Disse que nem o governo federal ou o estadual possui 12% de autorização; que votará pela rejeição do veto em atenção ao parecer jurídico. Salientou que a Câmara é independente, mas que ficará com o entendimento do jurídico. O presidente disse que não está em jogo a questão dos 12% e sim se mantêm ou não os 6%. A prefeita somente poderá aumentar para 12% através de um novo projeto, desta forma a aprovação do veto não volta o texto original do projeto, conforme explicação do secretário administrativo antes do início da sessão. O presidente explicou que para rejeitar o veto necessidade é necessária maioria absoluta. O veto foi colocado em votação nominal e aprovado por quatro votos a três (4X3). Contrários os vereadores Ten. Flávio Eduardo, João Leme e Wesley. O presidente declarou aprovado o Veto Parcial e determinou que o Executivo seja informado da decisão. Foi encerrada a Ordem do Dia e iniciada a **EXPLICAÇÃO PESSOAL** para o pronunciamento dos vereadores inscritos. O vereador **Carlos Pedro Gomes** falou da necessidade de se construir um novo banheiro público na Praça da Bandeira demolindo-se o atual. Disse que realmente a prefeitura está com poucos funcionários no setor de obras e que algo precisa ser feito. Falou sobre a incidência de incêndios no município devido a seca, agradeceu ao fiscal Luiz Carlos, a Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros pelo trabalho que vem fazendo nas ocorrências de incêndio. Pediu a toda a população que tenha cuidado para que se evite novos focos de incêndio, os quais podem trazer problemas enormes e até fatais. O vereador **Wesley Barbosa** agradeceu a aprovação de seus requerimentos. Disse que, após todos os prazos estourados, teve a resposta de seu requerimento nº 44 e que, após analisar a documentação, se pronunciará. Disse que possui requerimentos para serem respondidos até a próxima quarta-feira, o que espera que aconteça. Disse que não tem sido atendido em seus pedidos apesar do ofício enviado pelo Executivo. Disse também que é necessário saber o motivo do banheiro estar interditado. Falou que a atual prefeita, quando vereadora, também reclamava da necessidade de reforma do banheiro e que agora, fechando o banheiro feminino, fez pior do que a administração anterior. Narrou situações que trazem dificuldades no uso do banheiro. Pediu o atendimento de sua indicação ou a do colega Carlos para que, caso não



Câmara Municipal de Salmourão

Estado de São Paulo

seja possível o conserto do banheiro, que seja feito um novo. Disse que a prefeita tem o “poder da caneta” para fazer as coisas acontecerem; que entende que para fazer um novo banheiro são necessários recursos financeiros, porém, acredita que seja possível fazer uma manutenção urgente para que o banheiro possa ser mantido limpo e em condições de utilização. Disse que a prefeita interina deve pensar no povo e fazer com amor as coisas corretas. Encerrou dizendo que não queria que chegasse ao ponto da prefeita ser a prefeita com o maior número de denúncias dentro da história de Salmourão. O vereador Edson Pereira da Cruz disse que o banheiro deve ser restaurado por ser um patrimônio do município, porém, com todo o cuidado com relação a acessibilidade, para que a história do município seja mantida. Agradeceu os vereadores e parabenizou o trabalho do Fundo Social; parabenizou também, na figura do presidente que é enfermeiro, todos os profissionais da saúde do município pela diminuição dos casos de covid-19. Incentivou a população a se vacinar com as duas doses necessárias e a manter os cuidados com o uso de máscara e o distanciamento social. O vereador **Ten. Flávio Eduardo** parabenizou os vereadores pelas indicações, especialmente a do banheiro. Disse que o conserto do banheiro é urgente. Disse que os servidores públicos estão aguardando as providências sobre o ticket alimentação, explicou que outros municípios já estão resolvendo a questão de diferentes formas e que o funcionário público precisa receber o seu direito. O presidente disse que tem acompanhado municípios que já resolveram a questão e que é inadmissível que a prefeita ainda não tenha tomado uma atitude. O vereador Ten. Eduardo retomou seu discurso e disse que a situação é inadmissível e que a corda não pode arrebentar sempre no lado mais fraco. Disse também que a prefeitura poderia ter estudado um meio termo sobre os créditos adicionais, discutindo com os vereadores um percentual de consenso. Falou também das dificuldades dos motoristas em relação as despesas nas viagens que fazem para levar pacientes em cidades distantes. Disse que a palavra melhoria utilizada em um ofício da prefeitura é subjetiva e que o mundo todo priorizou as áreas de saúde e assistência social e não só em Salmourão; que a Câmara aprovou projeto de trezentos mil reais para compra de vacina o que não se concretizou. Disse que o município ganhou trezentos testes de covid e não viu nenhum pago pelo município. Reclamou que pessoas tem pago os testes com recursos próprios e afirmou que existem pessoas que não tem condições de pagar pelo teste. Disse que priorizar o social é algo sempre necessário e que quando o social falha acarreta problemas em várias outras áreas. Disse que a prefeitura alega não ter condições financeiras para a rescisão dos aposentados e outras melhorias, porém, a cidade está toda pintada e, talvez, fosse melhor ter aplicado o dinheiro da tinta na compra de testes de covid. Reclamou do não atendimento das indicações e disse que as indicações são anseios da população; lembrou que indicou a construção de uma simples guarita, a prefeitura diz não ter recursos para atender seu pedido, porém, tem recursos para pintar a cidade. Reclamou também que não foi atendido pela Prefeita e que teve que entrar com mandato de segurança para ter um requerimento respondido. Disse que depois de oito meses, após reunião da Comissão de Constituição em que a prefeita esteve presente, é que recebeu o convite para ser atendido na Prefeitura, o que agradece. Finalizou dizendo que representa 333 famílias, o que é um percentual importante de votos. O vereador **Leandro de Paula** parabenizou os vereadores pelas indicações. Agradeceu a prefeita pela resposta sobre os uniformes para os alunos. Disse que é importante que todos entendam que uma prefeita que está administrando de forma interina tem feito história na cidade. Disse que não concorda com as denúncias apresentadas contra a prefeita e que, muitas delas, estão sendo bem esclarecidas. Exemplificou dizendo que a prefeita deve responder a denúncia sobre gasto com folha sulfite mostrando que as folhas foram para a casa dos alunos, para a utilização durante as atividades remotas, pois a educação municipal tem feito algo para que a defasagem de aprendizado seja menor. Explicou que os trezentos mil reais para compra de vacinas não se tratam de um valor para aplicação específica na compra de vacina e sim de trezentos mil reais que a prefeita conseguiu em emendas e que seriam destinadas para vacinas. Explico que a compra de vacinas não foi liberada para nenhum município do país e que o Governo Federal deixou claro que a vacinação era incumbência federal. Disse que em seu primeiro mandato teve dificuldade com o



Câmara Municipal de Salmourão

Estado de São Paulo

prefeito, mas não deixou de correr atrás das necessidades da população e que não esperou convite para entrar em qualquer repartição pública. Disse que atualmente existe a possibilidade do prefeito eleito assumir ou de haver nova eleição e que, indiferente do prefeito, continuará ganhando fama de “entrão” pois continuará indo até as repartições. Disse também que não é fácil estar vereador e que os munícipes que votaram em cada vereador acreditam no trabalho que está sendo realizado. Falou sobre recursos conseguidos pelos vereadores e por outras pessoas que não ocupam cargos eletivos, mas que através de contatos com deputados tem conseguido recursos para o município. Pediu discernimento e sabedoria para continuar o trabalho em prol da população. O presidente convidou os vereadores e toda a população para Audiência Pública a ser realizada na próxima segunda-feira, dia 30 de agosto de 2021, às 20 horas, para a discussão do Projeto de Lei nº 17, de 2021, que amplia o perímetro urbano, nos termos do que exige a Constituição Estadual. Lembrou também os vereadores sobre os prazos para a tramitação do processo de Contas Municipais do ano de 2019. Convocou os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada no dia 26 de agosto de 2021, às 20 h, para apreciação do Projeto de Lei nº 19, de 2021. Falou sobre leilão de gado que será realizado em prol da Santa Casa de Osvaldo Cruz e sobre um convite aos vereadores para participarem de uma conferência que será realizada pelo CRAS e pelo Conselho Municipal de Assistência Social, no dia 27 de agosto de 2021, no salão do CCI na rua Antônio Xavier da Silva. O vereador João Leme pediu a palavra o que foi concedido pelo presidente. O vereador **João Leme dos Santos** disse que a indicação é um pedido da população e que seu atendimento é bom para a administração e para o cidadão; acrescentou que a prefeita, como vereadora, sabe a dificuldade dos vereadores com prefeitos que não atendem indicações. Informou que seus requerimentos dizem respeito ao período dos oito meses da administração atual. Disse que pediu providência urgente sobre o ticket e disse que houve funcionários que tiveram que devolver produtos porque o ticket não foi aceito. Disse que o problema do ticket foi causado pela empresa, mas é preciso tomar providência para resolver a situação. Disse também que colocar o ticket alimentação na folha vai gerar descontos o que diminuirá o valor do ticket. Disse que pediu para que sejam entregues as casas populares que já estão prontas. Explicou que seria legal entregar todas as cento e quatro casas populares, que algumas pessoas desistiram e estão sendo chamados os suplentes, mas existem quarenta casas prontas para serem entregues. Disse que as famílias estão esperando urgentemente para entrarem nas casas; que o valor do aluguel em Salmourão, muitas vezes, é maior do que o valor da prestação das casas populares. Pediu que se pare de fazer política e se entregue as casas. Disse que a vereadora Francine consultou através de documento a CDHU e recebeu a resposta de que a entrega depende apenas da prefeita de Salmourão. Disse também que na administração passada haviam reclamações sobre a situação do banheiro da Praça da Bandeira e que hoje, em vez de reformar o banheiro, a prefeita achou melhor interditar o banheiro feminino. Falou sobre problemas que a interdição tem causado para a população. Disse que o correto é construir um novo banheiro dentro das normas de acessibilidade, porém, enquanto isso é necessário fazer com que ele tenha condições de ser utilizado. Parabenizou o fiscal da prefeitura, o chefe do almoxarifado e todos os servidores públicos, especialmente os que tem trabalhado diariamente no combate a incêndios. Disse que está sendo feito um novo loteamento no município; que estava preocupado com esse loteamento e procurou o secretário da Câmara e teve conhecimento de que existe uma lei municipal, Lei nº 1.000, que exige que qualquer terreno no município precisa ter o mínimo de 250 m². Acrescentou que o loteamento que está sendo feito tem 6,5 metros de frente por 20 metros de fundo e, assim, não dá 250 m². Disse que diante disso, enviou ofício para a Prefeitura alertando da situação e da necessidade de se cumprir a legislação municipal de parcelamento de solo. Questionou quem será o responsável se uma pessoa comprar uma casa neste loteamento e depois descobrir que o terreno deveria ser maior. Explicou que a vereadora Francine Caetano da Silva não compareceu a sessão por estar doente. Disse que o projeto de abertura de crédito adicional está bem explicado e falou que algumas verbas do projeto poderiam ser destinadas para a compra de mais um caminhão-pipa. Como não havia mais nada a tratar, o presidente informou



Câmara Municipal de Salmourão

Estado de São Paulo

que a próxima sessão ordinária será em 13 de setembro e declarou encerrada a sessão. A leitura bíblica foi feita pelo vereador Edson Pereira da Cruz. E, para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelos membros da Mesa Diretora desta Câmara Municipal. Sala das Sessões, em 23 de agosto de 2021. -----

FERNANDO ROÇATO

Vice-presidente no exercício da presidência

LEANDRO DE PAULA

Primeiro-secretário

SILVANA OLIVA FERNANDES

Segunda-secretária